

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**SESSÃO ORDINÁRIA DE**

**24 DE JUNHO DE 2019**

**ACTA N° 03/2019**

**(mandato 2017/2021)**





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MACEDO DE CAVALEIROS3

ATA N.º 3/2019

(mandato autárquico 2017/2021)

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VINTE E QUATRO DE JUNHO DE DOIS MIL E DEZANOVE, REALIZADA NO AUDITÓRIO DO CENTRO CULTURAL DE MACEDO DE CAVALEIROS.** .....

**PRESIDENTE – CAMILO ANTÓNIO MORAIS** .....

**PRIMEIRO SECRETÁRIO – MANUEL ANTÓNIO MACHADO CARVALHO** .....

**SEGUNDO SECRETÁRIO – CELINA DA CONCEIÇÃO DE SÁ MARTINS** .....

Eram dezanove horas, quando o excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal, após verificar a existência de quórum, declarou aberta a reunião, dando de imediato conhecimento dos pedidos de substituição dos Deputados Municipais: Luís Filipe Sardinha Cabeceiro, Maria Inácia Ferreirinha, Maria Helena Lopes Gonçalves que foram substituídos, respetivamente, pelos senhores António José da Costa Vila Franca, Rogério Paulo Pires Talhas, Halestino Ernesto Gomes Pimentel. ....

Face à impossibilidade de estar presente na sessão desta Assembleia Municipal, pediram substituição o senhor Presidente da União de Freguesias de Talhinhos e Bagueixe, que se fez substituir pelo Secretário da Junta, José Francisco Martins e o Presidente da União de Freguesias de Castelãos e Vilar do Monte, que se fez substituir pelo Secretário da Junta, Carlos Alberto Maceda. ....

Estiveram também presentes, além do Presidente da Câmara Municipal, os Vereadores da Câmara Municipal em regime de permanência, Pedro Fernando Reis Mascarenhas, Rui Alexandre Serapicos Vilarinho e os Vereadores em regime de não permanência, Manuel Duarte Fernandes Moreno e José Luís Gonçalves Tomé Afonso e Maria da Assunção Gemelgo Correia. ....

Verificada a lista de presenças, dela constavam sessenta e um Deputados Municipais: Camilo António Morais, Acácio João Carvalho do Espírito Santo, Celina da Conceição de Sá Martins, José António da Silva Madalena, Henrique Manuel Crujo Mendes Palma, Jacinta Lúcia Catarino Lopes, António Nuno Batista Mendes de Morais, Manuel António Machado Carvalho, Humberto José Trovisco, José Carlos Moreira Silva Azevedo, Carlos Manuel Rodrigues Carneiro, Manuel Alberto Rodrigues, Fernando Humberto Gomes, Paulo Jorge Ferreirinha, Joana Margarida Silveira Esteves da Silva Vaz, Rogério Paulo Talhas Pires, Maria Adelaide Alves Gonçalves Batista, Ricardo Jorge Salsas Batista, Carla Margarida da Costa Palhau,

Paulo Duarte da Silva Dias, António José da Costa Vila Franca, Elias de Jesus Monteiro Afonso, Maria Inês Falcão, Catarina Lúcia Pinto de Matos, Luís Manuel Dias Gonçalves, Ana Rita Simão Rodrigues, Helena Isabel Pires Seabra, Maria Inácia Rosa, António dos Santos Pires Afonso, Halesstino Ernesto Gomes Pimentel, Luís Manuel de Oliveira Miranda Pereira, Celestino Alberto Carneiro Gonçalves, José Carlos Vasco Jecas, Armando Luís Fernandes Carrazedo, José António Génio Mendes, José Manuel Fernandes, Eduardo João Martins Pereira, António Luís Gomes, Simão Augusto Ventura Ferreirinha, José António Cordeiro, Daniel Augusto Maçaera Fraga, Leonardo do Nascimento Vila Franca, Armindo Caseiro Cepeda, Edgar Manuel Rodrigues Fragoso, Ramiro Borges Valadar, Rui Filipe Branco Lopes, Ricardo Jorge Vaz Cordeiro, João José Cunha Pinto, Gilberto Amadeu Pires, Inácio de Jesus Roma, Luís Manuel Costa Rodrigues, António João Alves Trovisco, Alípio Augusto Marcos, Manuel António de Sá Mico, Maria Delfina Guiomar Sarmiento, Manuel António Pinto dos Santos, António Miguel Vinhas Romão, Carlos Alberto Maceda, David da Silva Martins, João Manuel Rodrigues Alves e José Francisco Martins.-----

De seguida, indagou os presentes, no sentido de alguém querer intervir relativamente, à ata da sessão ordinária do dia vinte e nove de abril de dois mil e dezanove. Não havendo quem pretendesse usar da palavra, esta foi, posteriormente, posta à votação, tendo sido aprovada por maioria com cinco abstenções, de membros que não estiveram presentes na reunião a que esta ata se refere. -----

**PONTO UM - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

(Artigo 52.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de doze de setembro) -----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra:-----**

**LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD) –** Fez a seguinte intervenção: “ Começo por me dirigir ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, transmitindo-lhe que na minha opinião, esta, não é uma hora que dê dignidade a este Órgão. Estamos sobre a hora de jantar, quem nos está a ver em casa certamente terá outras ocupações pertinentes para este horário e considero que mais cedo ou mais tarde estaríamos aqui a desenvolver os trabalhos com muito mais dignidade. Aproveito também para lhe colocar novamente uma questão que já lhe coloquei há umas Assembleias atrás, quando lhe dei os parabéns por ter tomado a decisão de tornar estas sessões públicas para, em casa nos poderem ver e poderem apreciar o nosso trabalho. Tive oportunidade de lhe fazer o desafio de também tornar pública a informação das reuniões da Comissão permanente e dar a conhecer, quer aos Deputados Municipais, quer às pessoas em casa quantas são feitas, que nível de participação tem, quais as agendas, bem como das Comissões temáticas. Penso que seria também um contributo para tornar este Órgão mais transparente, portanto fica o desafio. -----

Relativamente ao Presidente da Câmara e ao executivo quero dar-lhe os parabéns por terem tido a lembrança e terem, efetivado a ação de comemorar os 20 anos de Macedo Cidade. Penso que é uma data importante que foi bem ser lembrada e que penso que para o futuro



C. J.  
M.  
C. J.

deverá ser uma data a assinalar com o máximo de dignidade e o máximo de elevação. Tive a oportunidade de ver o programa e no que respeita à plantação de árvores acho que foi uma ótima iniciativa, foi um ato simbólico e eu aproveitava aqui também, para lhe lançar novamente um desafio que já lhe lancei nesta Assembleia, que era, uma plantação de árvores massiva em todo o concelho envolvendo todas as Associações, aproveitando para transmitir aos mais novos a importância da floresta e aos crescidos o cuidado que devem ter com ela. Ainda em relação ao aniversário de Macedo Cidade penso que no futuro seria uma data que devíamos aproveitar para transmitir para fora de Macedo todas as potencialidades do concelho e fazer com que fosse uma data agregadora para todos os macedenses que estão cá e fora. Tive também a oportunidade nestes últimos dias de ver atentamente a entrevista que o Sr. Presidente deu à Rádio Onda Livre e, mais uma vez, tenho que lhe dar os parabéns por definitivamente ter deixado quase de lado aquele discurso negativo de que tudo estava mal, de que não tínhamos forma de fazer nada que utilizou quase durante um ano e meio. Esse discurso que tão mal faz a Macedo ou a outra localidade qualquer e portanto quero dar-lhe os parabéns por mudar de atitude e por ter passado a olhar para o concelho de Macedo nas suas entrevistas e na mensagem que passa de uma forma positiva. Não pude deixar de notar que fez referência a uma série de obras que mais uma vez lhe digo aqui que serei o primeiro a dar-lhe os parabéns quando estiverem concretizadas. Obras essas de que todos bem nos lembramos e que têm vindo a ser faladas neste último ano e meio, contudo não posso deixar de fazer aqui também dois apontamentos mais focalizados em duas obras que o Sr. Presidente falou. No que respeita à obra do centro da Cidade, era necessária, e muito bem mas penso que o Município deveria ter um cuidado adicional com a comunicação com os macedenses. Aquela obra é necessária mas também era necessário ter tratado as pessoas cuja vida foi alterada devido a esta obra, de uma maneira diferente, ou seja com mais cuidado e mais proximidade. Em paralelo, segundo nos foi informado, foram colocados alguns sinais de trânsito, em que foram alteradas as proibições de estacionamento e penso que não foi a melhor altura para serem feitas essas alterações de estacionamento até porque no momento em que são feitas alterações dessas necessariamente as pessoas têm um período de adaptação e não foram assim tratadas. Foram portanto tratadas de outra forma pelos agentes da autoridade que aproveitaram a oportunidade para agir de outra forma. E, ainda em relação a essa entrevista e falando dessa obra em concreto o Sr. Presidente falou, e já tinha utilizado também esse argumento em entrevistas passadas quando falou dos CTT e da possibilidade do encerramento do posto, que agora que se fez a obra tinha de se pensar em alternativas para tirar o trânsito das viaturas de grandes dimensões do centro da cidade. E aqui atrevo-me a fazer-lhe uma pergunta: tendo este propósito como é que defende depois uma Central de camionagem no Centro da Cidade? Vamos querer tirar o trânsito pesado por um lado e chamar para aqui outro trânsito também ele pesado e de grandes dimensões?" -----

**HENRIQUE MANUEL CRUJO MENDES PALMA (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “ Começo a minha intervenção por dar os parabéns ao corpo técnico da Câmara pela escolha da

Empresa que está a fazer a obra do centro da cidade, a ver pelos equipamentos e recursos humanos colocados no local e pela qualidade de execução dos trabalhos foram muito importantes para a rápida utilização mesmo que provisória das vias em causa, permitindo assim que estas ficassem minimamente transitáveis para a época festiva que se aproxima. Queria também dar os parabéns aos Presidentes de Junta de Lamas e Bornes pelas excelentes Feiras que organizaram e pela excelência dos produtos expostos, nomeadamente as Cerejas que demonstram bem a qualidade dos nossos agricultores e a sua preocupação na apresentação de outros produtos endógenos não menos importantes. É assim que se promovem estes pequenos territórios, se os visitantes verificarem que estes pequenos mercados têm qualidade e de certeza que voltam e falam deles em qualquer lado, por isso, é importante dar mais apoios a estas pequenas feiras de modo a dinamizá-las ainda mais e tenho a certeza que isso no futuro irá acontecer, só assim, é que conseguimos potenciar o desenvolvimento económico do nosso concelho, mais uma vez parabéns a ambos. Não queria deixar também de enaltecer o povo das Arcas nas festividades do Corpo de Deus e em concreto ao seu Núcleo de Costumes e Tradições assim como, ao seu Presidente de Junta, foi magnífico ver o trabalho realizado no tapete por toda a aldeia, é de facto um exemplo de dedicação e demonstra que a união das pessoas supera as questões políticas. Parabéns a todos pelo belo exemplo que deram e pela espetacular imagem que passaram para o exterior da vossa aldeia e do nosso concelho. Bem hajam. -----

Hoje na internet vinha um lote de 15 praias fluviais a descobrir em Portugal e lá vinha o Azibo, eu como utilizador nomeadamente ao domingo de manhã, alerto este executivo para alguns pormenores que acho importantes terem em conta, como por exemplo: - a colocação de informação no sentido de alertar as pessoas de modo a preservar o local/espço, colocação de um outdoor à entrada do Parque; - fazer de vez em quando percursos dentro e fora do Parque de modo a ocupar as pessoas quando o tempo não permite banhos, assim, como, a distribuição de Flyers alusivos aos pontos de interesse do nosso território; - inquéritos aos veraneantes, de modo a saber a sua opinião sobre os equipamentos que tem o parque e a sua satisfação na ocupação do espaço. Corremos o risco de termos um espaço que é o nosso ex-libris e não o aproveitamos para promover o resto do nosso território, natural, cultural e gastronómico. Tudo isto é muito importante para as pessoas e demonstra uma preocupação que o município tem para com quem nos visita. Isto são alguns alertas de um utilizador como eu. Queria aproveitar a oportunidade, especialmente porque estas sessões são transmitidas em direto e pode ser que as pessoas com interesse no turismo local tenham em atenção aos casos que se passaram no encontro de antigos alunos da Escola Superior Agrária de Coimbra, que foi realizado por mim, onde estavam colegas de quase todo o país, procurando eu mais uma vez dar a promoção e divulgação que o nosso território merece. Nesse fim-de-semana de passeio pelo nosso concelho, ficaram nos nossos hoteleiros cerca de 4 mil euros, isto para além de se ter esgotado o stock de pão e bolos da tia Maria Luísa de Lagoa e ainda 50 caixas de cerejas que levaram. Mas, como não há bela sem senão, aconteceu o impensável com algumas unidades hoteleiras locais. Havia colegas com reservas feitas numa determinada



unidade hoteleira e quando foram fazer o check-in essa reserva não existia nem a pessoa com quem tinham falado estava no local. Outras houve que exigiram a presença dos hóspedes até às 23h30m, caso contrário ficariam na rua. Tive de ser eu a dar alojamento a alguns colegas, isto porque a hotelaria local, nesse fim-de-semana estava cheia e não os iria deixar ir para outro local. Julgo que não será assim com estes procedimentos, que os nossos hoteleiros locais conseguem prestar um bom serviço ao turismo da nossa região. Fica aqui o reparo para reflexão de todos.” -----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ Começo a minha intervenção com um agradecimento. Agradeço pessoalmente ao Sr. Vereador Rui Vilarinho o envio da máquina para arranjar os caminhos da minha Freguesia, prometeu e cumpriu. É verdade que quando somos eleitos não se deve agradecer obras ou serviços que se mandam executar e se executam porque é o nosso dever trabalhar, mas, também é verdade que, se nos maus momentos estou cá para o criticar também tenho que dar a mão à palmatória e saber agradecer quando nos ouvem e cumprem o prometido. O Sr. Vereador sempre disse que com ele as máquinas não iam andar com as pás ao alto a saltar de freguesias e fariam tudo consecutivamente. Está de parabéns e aguardo ansiosamente a finalização dos trabalhos na Barragem do Azibo para terminar o arranjo dos caminhos da minha freguesia, que estavam a ser tão necessários a todos. -----

Sr. Presidente da Câmara depois da última Assembleia Municipal, com intervenções mais acaloradas de ambas as partes, já tive a oportunidade de conversar com o Sr. Presidente, de expor os meus pontos de vista e de ouvir as suas explicações e, decidi, dar-lhe o benefício da dúvida, e aguardar também ansiosamente o apoio que a minha freguesia necessita. Nunca em nenhum documento enviado para o seu Executivo ou pedido verbalmente, solicitei ajudas na totalidade, como se pode comprovar pelos documentos que enviei, e, sempre me disponibilizei a apoiar nas obras requeridas e prova disso é o arranjo do acesso ao sítio do Geoparque “Minas de Murçós”, em que o Município contribuiu com a máquina e a Junta de Freguesia com o gasóleo e oito camiões de toutvenan. Digo-lhe que as tão apregoadas sinergias entre o Município e as Freguesias são bem-vindas e no meu caso dou-lhe total apoio para avançar com elas disponibilizando o que estiver ao meu alcance para melhorar as condições aos habitantes da minha União de Freguesias.” -----

**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Que disse: “ Sr. Presidente da Câmara tenho ouvido falar sobre os pagamentos da dívida do Executivo anterior que foi assumida pelo atual e pretendia saber qual é a taxa de execução do que já foi pago, porque há pessoas que me abordam umas dizendo que já lhe pagaram e outras dizendo-me que ainda não. Outra questão é a seguinte: sendo Macedo um concelho essencialmente agrícola e tendo em conta que recentemente em conversa com alguns agricultores tive conhecimento que há Municípios que pagam as vacinas dos animais, ovinos e caprinos em 50% e pretendia saber se nós Município de Macedo temos condições de imediato ou no próximo orçamento e se é possível de fazer

isto, acho que é uma boa medida. Sei também que o problema da dívida às Águas está resolvido e está a ser estudada a solução para que esta situação acabe de uma vez por todas e possamos ser um concelho desenvolvido e não tenhamos esta “mancha” sempre em cima de nós. Agradecia portanto se nos pudesse dar alguma explicação sobre esta questão. E, hoje é um dia muito feliz e acho que toda a gente devia estar contente porque é notícia hoje na Rádio que passados muitos anos deixamos de ter défice e vamos ter excedente e isto é uma notícia referente ao Governo e entendo que isto nos deve orgulhar a todos e acho que para quem dizia que o PS era um partido despesista acho que é uma alegria monumental porque as pessoas esquecem-se de uma coisa – 43% que nós do que pagamos é de juros da dívida e se nós tivermos excedente imaginem o que é que daqui a uns anos poderemos fazer e depois queria também que isto também fosse aplicado logo que possível ao nosso Município. Quanto à hora da realização desta reunião, pertenço à Comissão Permanente e manifestei-me contra, mas esta Comissão tem representação de todos os Partidos com assento nesta Assembleia Municipal e todos concordaram daí a razão de estarmos aqui a esta hora.” -----

**ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ No dia 22 de abril em Chacim estive na Assembleia em que lhe fiz ver toda a situação que se passava com o serviço de medicina interna do Hospital. Nós tivemos uma conversa posterior e no seguimento da qual estava à espera que hoje estivesse aqui uma pessoa presente, nomeadamente o Presidente do Conselho de Administração da ULS que o Sr. Presidente me tinha dito que iria envidar todos os esforços para que assim fosse, mas ele não está cá. Sr. Presidente – eu bem sei que não é uma coisa que depende exclusivamente da Câmara mas, o Senhor foi eleito para defender os interesses do nosso concelho e das pessoas que nele habitam e uma vez que estão aqui os órgãos de comunicação social reforçar que de abril para cá a situação agravou-se. O serviço de medicina interna está reduzido a 20 camas, com 1 quarto de isolamento, há uma redução de pessoal de enfermagem e de auxiliares de ação médica, uma redução também do número de médicos, a prestação de serviços que é feita no serviço de urgência (não sei se é do conhecimento geral) mas há 3 dias por semana em que é feito por uma empresa de prestação de serviços médicos, o que faz com que à posteriori todo o acompanhamento dos doentes não seja feito, o que faz com que também agora passem doentes horas e horas em camas no serviço de urgência em (OBS) observação e o serviço de urgência tem 2 camas destinadas a este serviço e os doentes ali permanecem dias a fio sem serem internados e quando o são, são internados noutra concelho e temos portanto uma situação gravíssima. A esta situação vai também agravar-se devido ao facto de na Beira Alta haver falta de Oncologistas. Como o Sr. Presidente sabe o nosso Hospital tem um protocolo de colaboração com o Centro Hospitalar de Trás-os-Montes que é quem nos “dá” os Oncologistas para fazerem consultas no Hospital de Macedo. Pelas informações que tenho na Beira Alta, esse mesmo Centro Hospitalar de Vila Real vai fornecer os Oncologistas para suportar o serviço em falta na Beira Alta e resumindo e concluindo, e não é preciso ser muito inteligente, se se tapa a cabeça destapam-se os pés e portanto é presumível que o nosso Hospital fique





com um défice no serviço de oncologia. Estas preocupações que aqui lhe trago sobre as quais já falamos em abril mas, desde essa data não aconteceu rigorosamente nada e sendo o Sr. Presidente da Câmara uma pessoa com responsabilidades nesta área e para além disso com a formação que tem devia estar muito mais preocupado em relação a este assunto. Espero que na próxima Assembleia haja já uma resposta efetiva relativamente a estas preocupações que aqui trago e sobretudo a presença aqui, para se justificar, o porquê de estar a destruir o serviço de medicina interna do nosso Hospital, o Presidente do Conselho de Administração da ULS. --- Queria dar os parabéns às aldeias de Bornes, Lamas e do Lombo pelas Feiras que ali foram feitas que têm como tema geral os produtos agrícolas e volto a reforçar aqui, todo o nosso apoio para que essas Feiras continuem e para que vão avante e dizer uma coisa muito simples – posso ser um bocadinho Velho do Restelo nesta área, mas, tenho muito mais confiança nas aldeias do meu concelho, nas Feiras que lá fazem e na dinâmica agrícola que têm e inclusivamente dou palmas à medida que o Deputado Manuel Mico aqui trouxe de apoio a toda a parte animal, para além do apoio que está já a ser dado à parte vegetal do que a determinados projetos que, e para ser honesto, enquanto não aparecerem concluídos, não acredito rigorosamente nada neles de modo que estas palavras que o Sr. Presidente da Câmara teve quando falou do SidUp e da BLC3 e nos disse e passo a citar “(...estamos a falar da chegada de novas pessoas que vão procurar casa, dinamizar o comércio e restauração local mas, também da possibilidade de criação de StartUps, novas empresas, novos postos de trabalhos, de uma maior dinamização da área empresarial...)”. Tenho sérias dúvidas em relação a isto, mas tenho plena consciência nas pessoas do meu concelho, nos agricultores e nas aldeias. Outro aspeto que também queria referir é em relação ao Decreto-lei 57/2019, de 30 de abril que concretiza a transferência de competências dos Municípios para os Órgãos das Juntas de Freguesia. Queria que me explicasse, pois estaríamos todos à espera que nos trouxesse hoje um documento sobre o assunto, mas como não o trouxe, penso que todos os Presidentes de Junta estarão conscientes da transferência de competências que vai haver da Autarquia para as Juntas, mas o referido Decreto diz também que até 30 de julho para a Câmara Municipal e cada uma das Juntas de Freguesia devem acordar uma proposta para a transferência de recursos para as Freguesias, que deve conter a indicação dos recursos humanos e/ou patrimoniais e/ou financeiros que anualmente são transferidos para cada uma das freguesias na decorrência dessas transferências de competências. Portanto, é plausível que até dia 30 de julho haja acordos contratuais com as Juntas de Freguesia para as transferências destas competências e o correspondente envelope financeiro.” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** começou por responder à intervenção do Deputado Luís Gonçalves e disse: “Agradeço as suas palavras e estamos aqui a confirmar que de facto não estamos só para reparos negativos, estamos também para os positivos e agradeço as

palavras simpáticas pela forma como comemoramos os 20 anos da elevação de Macedo de Cavaleiros a Cidade. Fizemo-lo com a dignidade e elevação que nos foi possível. Gostaríamos de ter uma festa com pompa e circunstância, que fosse visível por todo o território, mas penso que também foi uma cerimónia bonita e que lembrou quem deveria ser lembrado. Quanto à fantástica ideia da plantação massiva de árvores, fizemos uma plantação simbólica para assinalar os 20 anos da elevação de Macedo a Cidade mas não quer dizer que fiquemos por aqui, a ideia é plantar 5 mil árvores por todo o concelho, mas espero plantar bastantes mais. Esta é uma data de referência e agregadora de todos os munícipes e certamente iremos fazer valer esta data no futuro com a festividade que merece. Relativamente ao meu discurso negativo durante um ano e meio, era o discurso que tinha de ter pois se não tinha certezas de nada mas tinha certezas de dívidas que não sabia se podia pagar, tinha certezas de dívidas onerosas em termos de juros, às Águas que nós negociamos, mas que ainda hoje não tenho certezas e por isso não podemos embandeirar em arco e vamos continuar a ter alguma cautela e a fazer a nossa gestão cuidada, equilibrada e ponderada. No entanto, e como disse, quero ter um discurso positivo. Temos tido a preocupação e o cuidado de conseguir saídas para as grandes dificuldades que o nosso concelho atravessa, nomeadamente em termos de esvaziamento demográfico e é natural que vejam no meu discurso diário, nas entrevistas uma tentativa de positivar a nossa atitude e postura. As obras a concretizar, de facto falamos em muitas e espero bem que não aconteçam percalços e que possamos executar e que no final deste programa financeiro proveniente da Comunidade Económica Europeia, possamos ter a satisfação de uma boa taxa de execução, que penso que vamos conseguir com uma mudança notória da nossa cidade e do nosso concelho. Quanto à obra do centro da cidade houve algumas dúvidas quanto à capacidade de execução, mas tentamos colmatar isso no terreno diariamente e peço alguma compreensão de alguma falha porque todos as temos. Relativamente à rapidez na execução da obra penso que temos as condições mínimas para que no período da semana do S. Pedro possamos ter as pessoas satisfeitas e sem grandes percalços à passagem de transeuntes que possam ajudar ao movimento do comércio. Sobre a saída do trânsito pesado da Cidade esse é de facto o objetivo deste Executivo, porque além da não funcionalidade já houve casos de trailers que não conseguem fazer convenientemente e pondo em risco os transeuntes e outros automobilistas, isto é fundamental e temos de reorganizar o trânsito na Cidade. No que diz respeito à Central de Camionagem já aqui expliquei uma vez o circuito na Cidade que não tem o mesmo peso, nem dificuldade de manobra e será feito por um circuito alternativo periférico entrando só na zona da rotunda do Mazedo e tornando a sair sem perturbar o trânsito central. -----

Quanto à intervenção do Deputado Municipal Henrique Palma sobre as Feiras deixou um cumprimento às Freguesias que organizaram feiras locais pois estas são efetivamente muito importantes para a economia local, para que as pessoas se sintam valorizadas e para dar movimento às Freguesias e todas elas estão a ser organizadas cada vez com mais nível. Apelo também a todos que ponham a política de parte e que estejam cada vez mais unidos a trabalharem no mesmo sentido. Relativamente às praias fluviais temos pois de ter algumas



iniciativas, nomeadamente sobre inquéritos de qualidade, sobre flyers de difusão de informação para quem nos visita e lamento o que sucedeu aos antigos alunos da Escola Superior Agrária de Coimbra, aceitarem reservas hoteleiras e depois não darem capacidade de resposta. -----

Relativamente ao Deputado Municipal, David Martins tenho de dizer que fez uma intervenção fantástica. Já tivemos efetivamente a oportunidade de falar e é assim que fazemos obra, trabalhando todos no mesmo sentido. Gostei que cumprimentasse o nosso Vereador Rui Vilarinho porque tenho a certeza de que quando ele faz obras e organiza a forma como disponibilizamos meios e pessoal técnico, o faz de forma consciente e sem prejudicar, antes pelo contrário, ele tenta sempre beneficiar mas, de forma racional para não desperdiçarmos meios e todas as freguesias, a seu tempo, irão ser contempladas. Quanto às ajudas que a Câmara prometeu, continuo a dizer que iremos ajudar a União de Freguesia de Espadanedo, Edroso, Murçós e Soutelo Mourisco. Agradeço igualmente a disponibilidade que teve ao ajudar e muito porque disponibilizou material e pessoal, na limpeza e no acesso ao Geoparque de Murçós, estamos portanto a trabalhar bem e em sinergia, que é muito importante. -----

O Deputado Municipal Manuel Mico abordou a questão do pagamento da dívida e quero esclarecer aqui que a dívida está a ser paga por etapas mas este é um processo burocrático muito complexo, pois temos de analisar cada nota de despesa, falar com os encarregados e estes confirmarem essa despesa e muitas vezes ainda têm de confirmar o conteúdo dessas notas de despesa e este é um trabalho muito moroso. Neste momento o que pagamos de todo aquele valor cifra-se na ordem dos 220 mil euros. Temos de considerar que há uma nota de maior de despesa à Empresa que está neste momento a executar os trabalhos no centro da Cidade que é de cerca de 99 mil euros que está em contencioso e portanto tirando esta dívida posso dizer-vos que estamos com cerca de 30% a 40% da dívida quase paga e estamos todos os dias a fazer pagamentos. Sobre as vacinas dos animais e a comparticipação no valor de 50% penso que neste momento apenas os Municípios de Macedo e Mirandela não estão a comparticipar estas vacinações. No caso de Macedo temos um pedido à ACRIGA do número de efetivos do concelho e certamente iremos tomar medidas no sentido de ajudar os criadores de gado para os aliviar um pouco neste tipo de despesa. Relativamente à solução encontrada para a dívida das Águas é público, foram renegociadas as dívidas e penso que a um prazo muito longo que para nós é muito confortável e que nos vai permitir fazer investimento e se esta negociação se efetivar poderão contar que daí em diante terei um discurso positivo. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Nuno Morais e sobre a preocupação que deixou na reunião da Assembleia do mês de abril posteriormente pediu informações tendo depois a oportunidade de conversar com o Sr. Deputado, tendo tido o cuidado de lhe dizer que a informação que eu tinha era aquela que aqui tinha explanado. Abordei o Presidente do Conselho de Administração manifestando-lhe essa dúvida e ele só não está presente nesta Assembleia porque não lhe pedi para vir mas ele disse que está disponível para vir a esta Assembleia Municipal. Quanto à dificuldade do corpo clínico que aqui foi mencionado, ele é generalizado por todo o país mas acontece que neste momento o corpo clínico está-se a perder devido a várias problemáticas, nomeadamente da competitividade do sistema público

nacional relativamente ao sistema privado, com uma luta desigual. Sendo então um problema global têm de ser tomadas medidas por parte da tutela que terão de ser muito específicas mas temos um Presidente da Unidade Local de Saúde do Nordeste com capacidade para gerir isto e não acredito que ele queira esvaziar o nosso hospital podendo haver às vezes uma racionalização de meios e de recursos humanos, no entanto fica a promessa que vou dizer-lhe que contamos com ele na próxima Assembleia para que possa aqui explicar o que se está efetivamente a passar. Relativamente ao corpo clínico oncológico de Vila Real que tem dado assistência e que poderá dispersar-se também pela Beira Alta, não acredito que haja prejuízo dos doentes oncológicos no nosso território para beneficiar outro, deverá sim haver uma racionalização e penso que talvez consigamos gerir isto de forma equilibrada e que todos tenham assistência. -----

O Sr. Deputado deu também cumprimentos pelas Festas e Feiras Locais tendo eu já a oportunidade de me congratular também junto dos respetivos Presidentes de Junta. Quanto ao SidUp e à BLC3 o caminho como é óbvio faz-se caminhando, começamos no corrente ano com este projeto e o SidUp é um complexo desenvolvimento económico, está a ter uma ótima receptividade, ainda não tem a sua funcionalidade plena mas certamente que a irá ter, pois todos os dias há pessoas que nos perguntam como se podem candidatar às bolsas da BLC3. E, a BLC3 tem um histórico que é irrepreensível, esta é uma Associação sem fins lucrativos com um capital de investigação e inovação com um corpo científico único, a nível nacional. São jovens que estão a trabalhar em parceria com várias Instituições de Ensino Superior na área da investigação e com protocolos em 9 países e podem acreditar que pretendem fazer tudo o melhor possível para obter bons resultados. Sobre a transferência de competências chegou uma boa notícia pois a data limite já não é 30 de julho de 2019 mas sim 30 de setembro e por isso vão realizar uma reunião com todos os Presidentes das Juntas de Freguesia para esclarecerem o que cada um entende o que deve ser a aceitação de competências. Obviamente que quando eu disse que aceitava as competências, aceito-as de facto porque entendo que só traz vantagens mas sempre dependente da transferência dos pacotes financeiros. Se o pacote financeiro não corresponder à despesa que nós temos, então aí não aceitaremos e é isto que queremos analisar em conjunto com os Presidentes de Junta.” -----

**Abertas novamente as inscrições, usaram da palavra. -----**

**LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD)** – Disse: “No seguimento da minha primeira intervenção ouvi também dizer ao Sr. Presidente da Câmara relativamente à questão do aumento significativo dos cães vadios na Cidade, numa entrevista que iria reativar o canil municipal por isso lhe pergunto qual é o ponto da situação já que seria certamente uma ótima ajuda para recolher com dignidade os cães que vadiam pelas ruas de Macedo e não terem este cenário no verão que se aproxima para os inúmeros visitantes que esperamos que nos visitem. No seguimento da questão das visitas não posso deixar de referir aqui que em Macedo de Cavaleiros e em todo o seu concelho temos hotelaria de excelência que sabe receber ao mais



alto nível dos padrões de qualidade, quer na hotelaria, quer na restauração. Estamos bem servidos e todos os nossos visitantes podem vir sem temer qualquer circunstância das que foram aqui referidas porque todos os profissionais que trabalham no setor sabem receber ao mais alto nível. Relativamente ao Azibo estão a ser executadas obras que julgamos ser para o Campo de Jogos e penso que seria pertinente partilhar o projeto com os macedenses, aproveitando para lhe perguntar se ele estará pronto em breve por forma a que os turistas possam tomar partido dele. Verifica-se também no Azibo a construção de um novo Parque de Merendas e gostaria que me esclarecesse se este tem alguma relação, ou não com o Município e o porquê daquela localização. Aproveito também para perguntar se já tem novidades da garrafa da coca-cola que desapareceu da praia da ribeira, que era uma das 18 que assinalava os 40 anos da coca-cola em Portugal. E, como falou da BLC3 aproveitava também para perguntar qual o ponto da situação sobre a aquisição das instalações do Piaget. Quanto ao défice que aqui assinalou e sendo referido como um dia histórico, lamento mas não posso concordar. Foi um dia histórico mas pela negativa porque esse défice foi conseguido porque durante 4 anos não investiram um euro em Portugal, durante 4 anos estiveram a fazer uma série de cativações que colocaram os serviços públicos como eles estão hoje. O ensino, a saúde e tudo aquilo que nós sabemos. Mas já que há défice também seria hora de o Governo se lembrar do interior e em particular de Trás-os-Montes, da mesma forma que teve a prerrogativa de subsidiar todos os passes no Litoral, porque não pegar nesse superávit que o Governo diz ter no orçamento e ajudar a gente do interior do País. E, desafio o Sr. Presidente da Câmara – porque não o Governo criar um apoio por exemplo para o aquecimento das famílias do interior? Seria uma excelente forma de utilizar e aplicar o superávit que dizem que existe.” -----

*Handwritten signatures and initials:*  
Cij  
A  
Cei

**ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD)** – Disse: “Em relação à questão das camas de medicina interna queria solicitar, uma vez que vamos ter cá presente o Presidente da ULS Nordeste para nos esclarecer, solicito também ao deputado Municipal Acácio Espirito Santo uma reunião da Comissão de Saúde desta Assembleia Municipal, no sentido de elencar a estratégia para colocar aqui em prova de fogo o Presidente da ULS Nordeste, não só Sr. Deputado deve ter alguns projetos em SidUp, lamento que a saúde esteja SidOn. Relativamente ao problema que aqui elencou o Deputado Municipal Manuel Mico, solicitava ao Sr. Presidente da Câmara para ponderar uma comparticipação a 100% das despesas feitas com as vacinas dos animais e não é preciso estar tanto tempo à espera que a ACRIGA lhe dê os dados uma vez que tem aqui pessoas que trabalham na Autarquia e que inclusivamente têm um Gabinete de Apoio ao Agricultor que lhe podem dar esses dados com pessoas sumamente competentes. Andaremos por volta dos 10 a 12 mil animais, não mais do que isto, com um gasto que se pode chamar nos pequenos ruminantes a cerca de 1€ e nos Bovinos a cerca de 4€ (bovinos cerca de 800 a 1000 animais e pequenos ruminantes cerca de 10 a 20 mil animais). É portanto uma despesa que não vejo qual será o grande problema uma vez que há outros gastos que muitas vezes não são tão urgentes como este. Outro desafio que lhe deixo,

uma vez que me pareceu também e contra aquela ideia que eu tenho das participações a metade e embora eu saiba que o produto que é utilizado contra o tratamento do cancro do castanheiro, o dictis, que seja também feita a participação aos agricultores a 100% e para além desta participação, fazer também uma coisa que é muito simples, uma vez que a maioria dos nossos agricultores são pessoas idosas e uma vez que não é fácil andarem “engaranhados” pelos castanheiros acima ponderar ter equipas no terreno, embora já haja mas só para sócios da Cooperativa Souto os Cavaleiros, ponderarem a existência de protocolos com algumas Associações a presença de brigadas no terreno mediante a inventariação dos sítios onde há contaminação e onde não há, ou seja inventariar a doença e saber onde devemos atuar. Outra coisa que lhe quero dizer é que não é embirração minha o SidUp e a BLC3, mas é embirração minha estourar 1 milhão e 300 mil euros no concelho. Vamos gastar para além do que se vai gastar a seguir este valor na aquisição de instalações para potenciar a presença do IPB em Macedo e nisto tem o meu acordo, mas quero ter uma ideia da verba que ainda nos resta pagar para ter cá a BLC3.” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** respondeu ao Deputado Municipal Luís Gonçalves, que: “relativamente aos cães vadios, apesar de tudo a quantidade destes animais na nossa cidade ainda não chega a níveis, nem de população, nem de agressividade que existe noutros concelhos e relativamente à solução desta situação que passa pelo canil intermunicipal estamos a tentar agilizar o que é possível em conjunto com o Veterinário Municipal. Legalmente não podemos reativar as instalações mas queríamos usá-las para poder criar situações transitórias de eliminar esses animais da via pública até ser arranjada uma solução, se isto for possível muito bem, se não for que venha quem de direito resolver a situação.” -----

“Quanto ao saber receber, concordo que neste aspeto somos os melhores, pois somos corteses, afáveis e integradoras, mas, não damos certamente boa imagem se fizermos overbooking. O Campo de Jogos do Azibo está a andar a um bom ritmo e espero que ainda seja possível praticar alguns desportos ainda nesta época balnear. O novo Parque de Merendas ao que sei a Junta de Freguesia de Quintela de Lapaças fez ali um investimento considerável, que me parece de mau gosto pois eu pessoalmente não concordo com aquele Parque de Merendas e teremos de ver de que forma legal é que ele pode estar instalado visto que está em território de Bragança, embora estando dentro do espaço do Parque Natural do Azibo e a presidência desse Parque é da Câmara de Macedo e vamos indagar com que direito é que se permitem fazer essa instalação porque não pediram autorização a ninguém. Relativamente à garrafa da coca-cola constatamos que houve um roubo, que já foi participado, houve aqui um desfasamento na constatação do roubo e na sua participação e neste momento aguardamos que as investigações decorram para pudermos reaver a referida garrafa. No que diz respeito às considerações políticas relativamente à falta de investimento, posso dizer que



estou completamente de acordo que têm de ser feito mais investimento no interior do país. Sobre os transportes públicos, temos um programa na CIM de apoio aos transportes só, que, este apoio é feito mediante um estudo e este permitiu-nos constatar que havia, em alguns trajetos, pouca frequência que não significava que pudéssemos apoiar na plenitude esses transportes porque seria muito oneroso, então está a ser feito um estudo racional da frequência de trajetos e onde há mais trajetos há a participação dentro do espaço intermunicipal e também no primeiro trajeto, desde que vá para um concelho vizinho. Sobre o apoio ao aquecimento no interior do país estou completamente de apoio. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal Nuno Morais que deixou a sugestão do Coordenador da Comissão de Saúde, Acácio Espírito Santo, reunir com o Sr. Presidente da Administração da ULS, tenho a certeza que a irá promover rapidamente e trazer novas sobre este assunto. Quanto à questão do SidUp ser SidOn na saúde não concordo de todo até porque a pós-graduação mais apelativa que vamos ter, no âmbito da Escola de Negócios, que é SidUp terá a formação em Gestão de Unidades de Saúde, portanto estamos aqui a tentar formar e acreditar os nossos profissionais da saúde com competências para gerir melhor o que seja Unidades de Saúde. Quanto à comparticipação das vacinas lembrou o valor destas e ainda bem, e apesar das dificuldades que temos iremos fazer um esforço para comparticipar na totalidade pois estamos com os agricultores e a prova disso foi a criação do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Rural e ao Empreendedorismo. Quando fala na embirração da BLC3 e do Edifício do Piaget também é necessário verem o contexto em que ele foi adquirido. Primeiro estamos a falar de património da Cidade que estava em grande degradação. É um edifício que tem múltiplas virtudes e que tem condições porque a ideia inicial que nós tínhamos era de ainda no corrente ano conseguirmos abrir a licenciatura em Fisioterapia, porque em Trás-os-Montes não existe e quem quer seguir este curso é obrigado a ir para o Porto. Foi feita a Candidatura e pelas instalações foi aceite e só não foi aceite na totalidade por causa de não ter um corpo diretivo que tivesse doutorados a 100% a trabalhar no IPB nesta área e ficamos comprometidos apenas por isto e também por alguma teimosia de algumas pessoas que estavam envolvidas no processo mas, para o próximo ano iremos fazer novamente a Candidatura com outra forma esclarecida e com mais convicção, porque temos instalações próprias. Relativamente ao investimento da BLC3, o que se passou em Oliveira do Hospital desconheço mas em Macedo, e quero agradecer publicamente à BLC3 e ao seu Diretor, Eng.º João Nunes porque fizeram as obras praticamente todas de renovação do interior do edifício a seu custo, não tendo tido a Câmara qualquer gasto a não ser com os painéis. Quanto à falta de potencial de recursos humanos todos sabemos que temos falta deles. Os nossos quadros são de excelente qualidade mas infelizmente não estão cá, vão para onde têm condições e para onde lhes pagam melhor, e por isso precisam de criar uma diferenciação local, criar competências e depois acredito que possamos ter um concelho que seja sustentável em termos demográficos.” -----

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

**PONTO 2.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE MUNICIPAL, ELABORADA NOS TERMOS DA ALÍNEA c) DO N.º 2 DO ARTIGO 25.º E DO N.º 4 DO ARTIGO 35.º, AMBOS DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO -----**

Pelo excelentíssimo senhor **Presidente da Câmara Municipal**, foi dada uma breve explicação acerca da informação escrita sobre a atividade da Câmara Municipal, que aqui se dá como integralmente transcrita, ficando a fazer parte integrante desta ata.-----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra:-----**

**LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ Sr. Presidente há um pedido que me foi feito e como não consta da informação escrita pretendia ser esclarecido relativamente à iluminação da rotunda localizada na Zona Industrial.” -----

**ACÁCIO JOÃO CARVALHO DO ESPIRITO SANTO (PS)** – Fez a seguinte intervenção: “ Este é um ponto que claramente podia estar bem integrado no período de antes da ordem do dia, mas é claramente um ponto da ordem do dia e particularmente tem muito a ver com a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara que tem muitas atividades elencadas. Mas primeiro queria dizer-vos que de vez em quando ouço falar em determinadas coisas nesta Assembleia sinto que estou no programa do Ricardo Araújo Pereira, em que ele brinca sistematicamente com aquilo que os nossos políticos vão fazendo vezes sem conta. Mas é importante que se diga que durante 16 anos não conheci uma forma de pensar no território, entretanto descobrimos o SidUp, encontramos uma forma de pensar o território, hoje existe essa forma de pensar o território, mas parece que não interessa, que não é sério e que deixa grandes dúvidas. Durante 16 anos não tivemos uma incubadora de empresas, não foi possível criá-la em Macedo de Cavaleiros. Hoje, temos uma incubadora de empresas que se chama BLC3 e não acreditam nisso. Durante 16 anos não foi possível criar um Gabinete de Empreendedorismo hoje temos um e não vale a pena. Durante 16 anos não foi possível criar uma estrutura de investimento de investigação e desenvolvimento tecnológico, hoje temos justamente dentro da BLC3 e dizem “tenho sérias dúvidas”, parece que isso agora já não interessa e porquê? Porque já a temos, porque fizemos um planeamento muito grande e atempado para que pudéssemos ter a credibilidade dos nossos gestores mais elevados, ou seja do Governo, para acreditarem no projeto de Macedo de Cavaleiros. Se não tivéssemos uma forma de pensar no desenvolvimento do território, provavelmente não teríamos edifício SidUp, Gabinete de Empreendedorismo, Escola de Negócios nem o regresso do Ensino Superior. Provavelmente não teríamos nada, como aliás não tivemos durante 16 anos. Posso dizer-vos que estamos preocupadíssimos com os nossos agricultores e com a nossa agricultura e por isso tentamos dimensionar a oferta formativa, quer ao nível da formação superior inicial, quer ao nível das pós-graduações para atingir uma grande massa de empreendedores e para que as pessoas possam fazer formação superior ou altamente qualificada, porque vão aparecer formações na escola de negócios que não são dirigidas a





Cij  
B  
er

pessoas licenciadas, ainda que em muitas circunstâncias essas formações vão ser dirigidas ou para pessoas que querem fazer um percurso no Ensino Superior e portanto dotarem de conhecimento científico as suas Empresas, para assim poderem transformar os seus produtos e poderem gerar mais-valias. Sejam sensatos, quando temos um projeto deste tipo precisamos da solidariedade de todos para podermos trabalhar. Se não a temos, e se ainda temos pessoas que diminuem as expectativas do desenvolvimento deste concelho, então estamos muito mal porque tudo aquilo que se faz pode não ser suficiente para gerar expectativas positivas para as pessoas que querem vir trabalhar connosco. -----

Sr. Presidente da Assembleia Municipal pretendo ainda dar-lhe conta de três coisas. A BLC3 de facto é uma estrutura que tem um centro de investigação e desenvolvimento tecnológico, tem um centro de incubação de ideias e de empresas, tem um centro de apoio a projetos e ideias inovadoras e tem um centro de acolhimento empresarial, isto é a BLC3 e esta orgulhou-nos de montar o seu Pólo do Norte em Macedo de Cavaleiros e, portanto é com isso que estamos a contar, é com essa estrutura e saber global da BLC3 que nós estamos a contar para aloarmos todos os jovens de todas as regiões do País e até do estrangeiro que tenham uma boa ideia e que a queiram incubar e que a queiram depois acolher na nossa Zona Industrial. Quanto aos projetos de investigação em curso. O projeto de desenvolvimento é um projeto de desenvolvimento de tecidos em organismos através de alimentação funcional, e é um doutorado de patologia molecular do ICBAS – Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar do Porto que está a fazer isso em Macedo de Cavaleiros, temos um projeto de investigação em bio cinética, temos um projeto de valorização da amêndoa na região de Trás-os-Montes com aplicação na indústria alimentar, temos um projeto na área de educação e turismo que se chama “transmontanos de palmo e meio” e temos um outro projeto também de indústria alimentar que se chama “healthy shrooms”, todos estes projetos estão em desenvolvimento, são bolseiros, são técnicos altamente qualificados, com grau sempre superior à licenciatura, mestrado e pelo menos um doutorado. E, para terminar digo que aceito obviamente o repto de convocar a Comissão de Saúde, não para uma prova de fogo de quem não a precisa de ter mas para podermos clarificar todos os aspetos que constituem as nossas preocupações. E dizer também que para o próximo ano letivo na sequência da ideia de transferir conhecimento científico para as pessoas do território vamos promover uma oferta formativa de CTESP's em áreas que são ultra sensíveis. E, como bem disse o Deputado Nuno Morais, os nossos agricultores são claramente a nossa grande preocupação e é dotá-los de capacidade e conhecimento para poderem transformar os seus produtos e gerarem mais-valias para si e para o território. Toda a gente certamente que concorda que sem transformação e sem diferenciação do produto não há mais-valia e, sem mais-valia não há riqueza e sem riqueza não há capacidade de fixação de massa crítica e de população no nosso território. Portanto, para o ano gostaria que divulgassem porque sempre que a Câmara faz alguma apresentação, seja da BLC3, seja da Escola de Negócios, seja do SidUp, são tantas iniciativas e tão poucos Deputados Municipais que estiveram presentes em todas essas iniciativas. No próximo ano vamos oferecer biotecnologia e inovação, totalmente dirigido para a tentativa de darmos ao

território capacidade para diferenciar e desenvolver produtos na área agro-bio, restauração e inovação alimentar para que todos os jovens (e são tantos) que seguem este percurso serem dotados de outras ferramentas para produzirem novos alimentos e novas formas de os confeccionar e, assim, abriremos o território a todo o País que tanto precisa desta área com tanto turismo que temos, o curso de Secretariado e Línguas vai voltar a repetir-se pois temos a preocupação de estabelecer um protocolo com a Altice no sentido de garantir às pessoas que frequentam este curso alguma possibilidade de emprego, senão toda, e finalmente gerontologia na área da saúde à qual estamos muito atentos.” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** sobre a iluminação da rotunda da Zona Industrial disse: “ Temos ali um processo de competências em discussão. Faz parte da competência da Infraestruturas iluminar aquele local mas, acontece que manifestamos várias vezes a preocupação de que aquela zona não deveria estar por iluminar e por isso mesmo foi pedida à Infraestruturas de Portugal que permitisse à Câmara integrar aquele espaço na iluminação pública do Município e sermos nós a assumir essa competência. Estamos portanto a aguardar resposta e espero que haja bom senso e esclarecimento suficiente para que, nos possam permitir ter mais esses gastos porque é do interesse da Câmara ter esta competência. -----

Relativamente à intervenção do Deputado Municipal, Acácio Espírito Santo agradeço as suas palavras, sempre sábias e sensatas e com quem sempre partilhei a ideia de que este lugar fosse um Fórum de discussão cívica e é isto que tem de ser. As palavras deste deputado são pertinentes, foram muito esclarecedoras e revejo-me completamente naquilo que disse e há a preocupação que aquele edifício SidUp consiga evoluir e ganhar maturidade e competências. Foi dito aqui que estamos a falar de candidatos a bolsas doutorados e as ideias têm de ser muito bem filtradas, porque são ideias inovadoras e com base na transformação dos nossos produtos e é por aqui que começa o empreendedorismo. -----

É importante também dizer que não me lembro nunca de ter havido visitas a Macedo de Cavaleiros como vai haver neste período dos próximos 10 dias. Já aqui foi falado na presença do Secretário de Estado do Ensino Superior e no Secretário de Estado da Valorização do Interior na inauguração da BLC3. No dia 28 de junho vamos ter cá o Ministro da Economia e o Secretário de Estado da Valorização do Interior, que nos vão dar o privilégio de visitar a nossa Zona Industrial porque no próximo aviso dirigido às zonas demograficamente deprimidas vamos querer estar na primeira linha para ampliação e para o desenvolvimento das infraestruturas da nossa Zona Industrial, porque estamos a falar de 112 Lotes que não estão ocupados e até aqui não houve a preocupação de que houvesse um comportamento cívico de quem adquiriu os lotes, muitos deles nem estão pagos, nem a ser utilizados estando desta forma a tirar a oportunidades a quem poderia investir aqui no território e todos os dias recebo pedidos de empresas de fora para se poderem aqui instalar e eu vou tratar deste assunto com



*Cij*  
*AB*  
*cel*

muito empenho e dedicação. Também no dia 29 de junho vamos ter a presença numa cerimónia da Ministra da Saúde e espero que possa abrir a Feira de S. Pedro e que nos traga algumas novidades. No dia 2 de julho vamos ter o Ministro da Administração Interna e os 3 Secretários de Estado envolvidos no Desenvolvimento do Território da Proteção Civil e também para a valorização do Interior. Iremos portanto ter certamente a oportunidade de ouvir falar sobre o Quartel da GNR, sobre a carreira de tiro e sobre tantas outras questões que nos preocupam e porque não pedir para que a PSP seja novamente instalada na nossa Cidade. Já que a perdemos podemos agora exigí-la porque nos faz falta pois toda a segurança é pouca. Este é um dos pedidos que também vou fazer e podem acreditar que vou fazer o meu papel para que tenhamos bons resultados nos próximos anos.” -----

PONTO 2.2 – DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2019 / 3.ª REVISÃO – PROPOSTA /  
APROVAÇÃO NOS TERMOS DA ALÍNEA a), N.º 1 DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I À LEI N.º  
75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL -----

**O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião treze de junho de dois mil e dezanove, que se transcreve. -----**

“DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2019 / 3.ª REVISÃO – PROPOSTA -----

Presente a proposta do Presidente da Câmara Municipal, que se transcreve. -----

“Justificação -----

O ponto 8.3.1 e 8.3.2 do POCAL regula as modificações aos documentos previsionais. As modificações aos documentos previsionais que deem lugar à inclusão ou anulação de projetos neles considerados (Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal) ou que se traduzam no aumento da receita e/ou da despesa prevista (Orçamento) dão, sempre, lugar à sua revisão. Os ajustamentos que, neste momento, carecem de ser feitos determinam o procedimento da Revisão dos Documentos Previsionais em vigor, porquanto, em síntese, do lado das GOP’S, contemplam-se a criação de ações novas, com o conseqüente ajustamento de despesa e, do lado do Orçamento, apresentam-se alguns ajustamentos ao nível da receita, em resultado de receitas deficientemente orçamentadas. Por sua vez, do lado da despesa, a orçamentação das ações novas que vêm aumentar a despesa inicial. Feita a justificação técnica da presente proposta, passo a destacar os principais aspetos que esta Revisão encerra. -----

Assim, -----

A) PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS -----

Anulação de duas ações (2019I19 e 2019I26) no montante global de € 21.000,00. -----

B) PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL -----

Criação de ações novas que se encontram discriminadas no documento anexo e que totalizam o montante global de € 51.000,00. -----

C) ORÇAMENTO -----

Ao nível do orçamento da receita prevê-se a inscrição de um montante € 16.500,00. -----

Ao nível do orçamento da despesa, a orçamentação de cada uma das ações novas que se criam, bem como daquela que sofre ajustamento, cujo montante global corresponde à inscrição da receita. -----

Em face do exposto, em anexo, junto os mapas que evidenciam esta alteração, propondo que a Câmara Municipal aprove a presente proposta e, para cumprimento do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea c) do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, a submeta a aprovação da Assembleia Municipal.” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por maioria, deliberou aprovar a proposta referente à 3.ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2019 e, para efeitos do disposto no n.º 1, alínea a) do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submetê-la a apreciação da Assembleia Municipal. -----

**Votação:** 3 votos a favor (Benjamim Rodrigues, Pedro Mascarenhas, e Rui Vilarinho) e três abstenções (Duarte Moreno, Assunção Gemelgo e José Luís Afonso).” -----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra.** -----

**LUÍS MANUEL DIAS GONÇALVES (PSD)** – Que disse: “ É de facto com base nos documentos previsionais que o Município pode exercer toda sua atividade programada e pensada e é por isso que venho aqui congratular-me com o que o Sr. Presidente acabou de nos transmitir, que vai ter a possibilidade de receber vários governantes nos próximos dias em Macedo e esperamos sinceramente que não venham em campanha eleitoral mas que nos tragam algo objetivamente positivo. Acredito que da sua parte fará todos os possíveis para eles, além se se comprometerem, executarem as promessas. E, já agora aproveito a prerrogativa que o Sr. Presidente da Assembleia fez com o colega Acácio Espírito Santo, no ponto anterior; dizer-lhe que na minha opinião, e tenho a certeza que na opinião da grande maioria de todos os Deputados Municipais e macedenses aquilo que nós queremos é que, quer a BLC3, quer o projeto SidUp, quer tudo o resto tenham o máximo de sucesso, pois o sucesso destes projetos serão também o sucesso de Macedo e de todos os macedenses. Mas não posso aqui deixar de ressaltar que isso não pode ser feito nem pode ser um motor com contraponto do poder dos 16 anos dos Executivos anteriores. Isto é um mau princípio, um mau pensamento e uma má ação. Nos 16 anos anteriores caso não saibam, fez-se muita coisa neste concelho, se calhar lançaram-se as bases que nos permitem hoje estar aqui a falar de outras coisas, e tenho de enumerar algumas, como por exemplo nessas freguesias os Presidentes de Junta que estão aqui presentes e outros que por cá já passaram sabem melhor que ninguém a transformação que foi feita, desde o saneamento das águas, do empedramento das várias ruas e na melhoria das condições das freguesias. Mas na cidade também foram feitas muitas coisas e começo por assinalar o local onde nos encontramos, que parece que já toda a gente se esqueceu por quem foi feito e que foi feito nesses tais 16 anos, aqui referidos.



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

Mas nestes 16 anos foram feitas muitas mais coisas em termos de obra física, foi feita a Avenida da Estação, a Alameda Nossa Senhora de Fátima, o melhoramento da Rua Fonte do Paço e certamente que já se esqueceram como era o Bairro do Padrão e tantas outras coisas que foram feitas nestes 16 anos. Toda a gente fala hoje do Azibo já não se recordam quem fez a praia da ribeira no Azibo? Acho que é essa forma de estar que nos traz a carga negativa que temos de deitar fora e o tal positivismo de que falava o Sr. Presidente passa também por puxar por aquilo de bom que foi feito nos últimos 16 anos. Já nos esquecemos que fomos o Município que pela primeira vez ofereceu os manuais escolares aos alunos do 1.º Ciclo, e tantas outras coisas que poderíamos aqui mencionar? Portanto pretendia reiterar isto e dizer-lhes que não podemos olhar para trás e falar mal dos últimos 16 anos porque assim estamos a falar mal de todos e, nesses 16 anos fizeram-se muitas coisas boas que certamente hoje são um alicerce para muitas outras que esperamos que sejam feitas.” -----

**MANUEL ANTÓNIO DE SÁ MICO (PS)** – Que disse: “ As revisões servem para atualizar o que já tínhamos de bom e espero que venham outras depois dos encargos que vamos abolir e que haja mais financiamento para as freguesias e também para o município. Aproveito também para fazer aqui algumas ressalvas já que, se pode falar de outras coisas que não seja do ponto da ordem do dia em discussão. E, choca-me o facto de os Deputados Municipais estarem preocupados por causa de 1 milhão e trezentos mil de euros e não estiveram preocupados com os 650 mil euros para o Call Center. Quanto ao excedente os dados são do INE e eles é que sabem, e o excedente quando pensam que é para fazer obras, lembrem-se na A4 e do IC5 e de outras obras. A rivalidade política não leva a tudo e quando as pessoas dizem “vamos por à prova de fogo” é estranho porque ainda há tempos para ouvirmos um auditor por causa das contas, não quiseram por à prova de fogo e agora querem fazê-lo com o Dr. Carlos Vaz. Temos de ser sérios e ter o mesmo critério para todas as coisas. É Verdade que o Dr. Duarte Moreno, enquanto Presidente baixou a dívida e temos de lhe agradecer por isso. Agora estar contra as iniciativas, como é o caso da BLC3, temos de esperar para ver e fazer força para que tudo corre pelo melhor.” -----

**DAVID DA SILVA MARTINS (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ Sr. Presidente, por ter votado contra o orçamento, por não ter verbas inscritas nele, por ter votado contra as anteriores revisões, pela mesma razão e para manter o sentido de voto, vou votar contra porque no meu caso a minha situação mantém-se. Aguarda-mos uma posterior Revisão onde a União de Freguesias de Espadanedo, Edroso, Murços e Soutelo Mourisco conste com alguma verba.” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões colocadas pelos Senhores Deputados.-----

**O Sr. Presidente da Câmara Municipal** disse: “ Porque efetivamente só tivemos aqui uma intervenção referente à Revisão peço ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal que me permita responder em conformidade, com as questões suscitadas. -----

Sobre a campanha eleitoral obviamente que eu não acredito que os membros da Tutela venham cá fazer campanha, porque o desvio que será feito ao nosso território será para nós podermos mostrar as nossas debilidades e foi a meu pedido. Relativamente à equipa do Ministério da Administração Interna quero dizer-vos que, quem tem o compromisso de passar por cá, será um dos elementos da equipa, nomeadamente a Secretária de Estado, Isabel Oneto, porque já combinamos verificar no local quais são as obras que precisamos de rapidamente protocolar e avançar com elas. Relativamente ao referir que em 16 anos não se fez, em 16 anos fez-se aquilo que era possível, fizeram-se coisas boas mas, obviamente que gostava que tivesse dito aqui que quem começou este edifício onde nos encontramos foi o Luís Vaz. Todos temos de ter consciência que se faz aquilo que se pode, melhor ou pior, faz-se e nós temos de estar aqui para alertar quem executa daquilo que deve ser feito. É assim que eu vejo as coisas e penso que deve ser com esse espírito que devemos aqui estar, sempre com o intuito de acrescentar alguma coisa. Também foi falado nos manuais escolares e eu lembro-me que fui pioneiro na atribuição de bolsas escolares, enquanto Presidente de Junta em Talhas, antes de aqui serem atribuídas bolsas e os manuais, portanto, com mais ou menos visibilidade, todos nós temos boas ideias. Sobre a intervenção do Deputado Municipal Manuel Mico foi desenquadrada mas oportuna portanto, muito obrigada. Quanto à intervenção do Deputado David Martins, que foi mais uma declaração de voto, e já o disse aqui mais do que uma vez, este ano não vão contemplar com atribuição de verbas extraordinárias mas, também já comuniquei, que teremos toda a preocupação em ajudar a financiar obras que vocês já fizeram e que entendam depois aplicar noutras empreitadas.” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por maioria, com 34 votos a favor, 1 voto contra e 26 abstenções, deliberou aprovar a 3.ª Revisão aos Documentos Previsionais do ano de 2019. -----  
-----

**PONTO 2.3 – AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO PARA APLICAÇÃO EM INVESTIMENTOS NO MONTANTE DE 774.533,52€ / PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO – AUTORIZAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 25.º, N.º 1, ALÍNEA f) DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL-----**

**O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião treze de junho de dois mil e dezanove, que se transcreve. -----**  
-----

**“AUTORIZAÇÃO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A MÉDIO E LONGO PRAZO PARA APLICAÇÃO EM INVESTIMENTOS NO MONTANTE ATÉ 774.533,52€ / PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO -----**



Presente a informação n.º 18, datada de 2019.05.27, do Departamento de Administração Geral, que se transcreve. -----

“No seguimento do despacho do Presidente da Câmara, datado de 2019-05-08, ratificado por deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada a 2019-05-16 e para o fim em vista passo a informar o seguinte: -----

I – Formalidades -----

Nos termos do artigo 49.º, n.º 5 da RFALEI, o pedido de autorização à Assembleia Municipal para a contratação de empréstimos é obrigatoriamente acompanhado de demonstração de consulta e informação sobre as condições praticadas quando esta tiver sido prestada em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento municipal do município. -----

II – Pressupostos da consulta -----

1. As condições definidas para a contratação desta abertura de crédito foram: -----

a) Montante máximo a contratar: até ao montante de 774.533,52€; b) Prazo: 20 anos - n.º 7 do artigo 51.º da RFALEI; c) Período de utilização e carência de capital: até 2 anos; d) Reembolso (capital e juros): amortização de capital constantes + juros sobre capital em dívida; e) Pagamento: prestações trimestrais; f) Taxa de Juro: indexada à Euribor a 6 meses, acrescida do respetivo “Spread”; g) Garantias: as legais, de acordo com a legislação em vigor, para a tipologia da operação em causa; h) Cláusula particular: o mutuário poderá reembolsar antecipadamente o empréstimo, parcial ou integralmente, sem que daí advenha qualquer penalização ou comissão; i) Amortizações anuais previstas: por força do disposto no n.º 11 do artigo 51.º da RFALEI não será admitida proposta com amortizações anuais previstas, em qualquer ano do contrato, inferiores a 80% das amortizações médias, ou seja 30.981,33 € (trinta mil, novecentos e oitenta e um euros e trinta e três cêntimos), assim obtidas: -----

(a) Capital	774.533,52€	
(b) Prazo do contrato (anos)	20 anos	
(c) Amortizações médias = (a)/(b)	38.726,67€	Artigo 40.º, n.º 4 da RFALEI
(d) Limite inferior às amortizações anuais previstas – 80% das amortizações médias = (c) x 80%	30.981,33€	Artigo 51.º, n.º 11 da RFALEI

j) Comissões: não será cobrada qualquer tipo de comissão ou encargos, nomeadamente de gestão, organização, montagem da operação, liquidação antecipada ou pela não utilização do empréstimo. l) Prazo de validade das propostas: 60 dias úteis (mínimo). -----

III – Critério de adjudicação -----

O critério de adjudicação definido foi o “Spread” mais baixo proposto. Em caso de igualdade entre propostas, o município desencadeia um processo de negociação entre as entidades que apresentem valor igual. -----

IV – Apreciação das propostas -----

A Comissão de Abertura e Análise das propostas reuniu e fundamentadamente propõe a

adjudicação à instituição bancária Banco BPI, juntando, a apreciação das propostas. Perante o exposto, a Câmara Municipal está em condições de deliberar sobre o assunto. Caso a decisão vá no sentido de adjudicar como se propõe, nos termos do artigo 49.º, n.º 5 da RFALEI, deve o assunto ser presente à próxima sessão da Assembleia Municipal. Anexo: - Apreciação das propostas; - Cópia dos ofícios-convites remetidos às instituições bancárias (doc. 1); - Ata de abertura das propostas (doc. 2) Dão-se como transcritos os documentos apensos à informação. DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal, por unanimidade, deliberou: 1) Homologar a ata de abertura das propostas, bem como a ata de apreciação das propostas. 2) Com base no critério de adjudicação definido e com fundamento na avaliação efetuada, contratar esta abertura de crédito ao Banco BPI nas seguintes condições: -----  
i) Até ao montante de 774.533,52€; ii) Prazo: 20 anos, após visto do Tribunal de Contas; iii) Período de utilização e carência de capital: até 2 anos, a partir do Visto do Tribunal de Contas; iv) Reembolso (capital e juros): amortização de capital constantes + juros sobre capital em dívida; v) Pagamento em prestações trimestrais; vi) Taxa de Juro: variável associada à Euribor a 6 meses, acrescida do "Spread" de 0,82%; vii) Cláusula particular: possibilidade de reembolso antecipado, parcial ou integral, sem qualquer penalização; viii) Comissões: isenção de qualquer tipo de comissão ou encargos. -----  
Nos termos e para os efeitos do artigo 49.º, n.º 5 e 6 da RFALEI mais foi deliberado remeter o assunto a apreciação da Assembleia Municipal. ""-----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra.** -----

**CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD)** – Fez a seguinte intervenção: “ Sr. Presidente, enquanto líder parlamentar da bancada do PSD em primeiro lugar quero dizer-lhe que não posso deixar de referir esta dualidade de critérios que aconteceram e dizer-lhe também que a quem devia ter chamado à atenção não o fez e a partir daí abre uma “caixa de pandora” que nunca mais segura e, por muito respeito que eu tenha por si, tenho de dizer-lhe que a culpa se deve inteiramente a si daquilo que se está a passar nesta Assembleia, porque na realidade não sei se contabilizou o tempo da intervenção do Deputado Municipal Acácio Espírito Santo, não sei se percebeu que ele aproveitou a ocasião para fazer uma intervenção que nada tinha a ver com a informação escrita do Sr. Presidente, falou daquilo que muito bem lhe apeteceu, acedeu ao repto do Sr. Presidente da Câmara e confesso até que a um dado momento já não sei quem responde a quem, porque na realidade o Sr. Presidente da Câmara é que devia estar aqui para responder aos Deputados Municipais e o que aconteceu foi que foi um Deputado que veio responder ao repto do Sr. Presidente e portanto desagrada-me que os trabalhos funcionem desta forma. A um dado momento temos lamentavelmente o Sr. Presidente da Assembleia a chamar a atenção de todos os Deputados porque estão a fugir ao tema que está a ser tratado, e, então dessa forma isto transforma-se numa “bandalheira” que ninguém se entende. Esta é uma chamada de atenção relativamente a esse aspeto porque como é óbvio não podemos ter um Deputado a falar 10 minutos sobre um assunto que nem sequer está enquadrado no tema e teve oportunidade de o fazer no período certo que era no período antes da ordem do dia e depois termos os Deputados do PSD constantemente a ser





Handwritten signatures and initials in the top right corner.

chamados à atenção porque estão a exceder o tempo. Fica portanto este alerta. -----  
Relativamente ao aspeto que me traz aqui e este sim, sobre o ponto em discussão, contratação de empréstimo, dizer em primeiro lugar que há aqui um aspeto que escusaria de estar aqui a falar nele, porque falei em sede de Comissão Permanente, e entendi que o assunto teria sido suficiente para ser resolvido, que se prende com uma divergência entre aquilo que é o ponto em discussão e aquilo que tem a ver depois com a deliberação. É que, fala-se na contratação do empréstimo e na deliberação aparece a aprovação de uma abertura de crédito. Tecnicamente uma coisa não tem a ver com a outra, um empréstimo é um mútuo, uma disponibilização de dinheiro, é uma contratação imediata, enquanto que, uma abertura de crédito trata-se de um limite posto à disposição, neste caso do mutuário. Gostávamos portanto de saber do que se trata, e admitindo nós, que o que está aqui em causa é na realidade um empréstimo, então nós propúnhamos que na deliberação aparecesse “contratar empréstimo ao Banco BPI, nas seguintes condições”, em vez de “contratar esta abertura de crédito ao Banco BPI nas seguintes condições”, porque como já referi tecnicamente não é a mesma coisa.”  
Outro aspeto prende-se com a questão da finalidade do empréstimo e quero lembrar que no mandato anterior a propósito do empréstimo para o Call Center o PS absteve-se porque não tinha a identificação do edifício para o qual iriam ser afetos os 650 mil euros que aqui estamos a falar, e na altura acusaram-nos de certa forma de estarmos a dar um cheque em branco. Ora, aqui quando estamos a falar de aplicação de investimentos no montante de 774 mil euros, em nome da transparência também gostaríamos que nos dissessem a que se destinam na realidade estes 774 mil euros, porque entendemos que esta Assembleia deve ser esclarecida relativamente a estas questões. Contudo, e nós não faremos aquilo que o PS fez na altura, e com responsabilidade e porque concordamos com a concretização desses projetos e com a realização dos mesmos votaremos favoravelmente a aprovação desde financiamento.” -----

**ANTÓNIO NUNO BATISTA MENDES DE MORAIS (PSD)** – Que disse: “Partindo desta dúvida, se estamos perante um empréstimo ou uma linha de crédito e possa eu partir do princípio que estamos com base numa linha de crédito e parte do dinheiro possa vir a ser gasto na parte agrícola queria esclarecer o Deputado Municipal, António Mico do seguinte: a comparticipação a 100% da sanidade animal deve-se única e exclusivamente a ter deixado de haver fundos comunitários que subventionem os agricultores na sanidade animal. O Estado comparticipava e deixou de participar e por causa disso é que as Autarquias estão a participar. O pedido não foi feito nos anos anteriores porque havia fundos do Estado para participar os agricultores não havendo mais razão alguma em relação a isso.” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal**, para que este pudesse responder às questões dos Senhores Deputados e para responder à intervenção do Deputado Municipal Carlos Carneiro disse: “ pretendo explicar a razão pela qual o Deputado Municipal Acácio Espírito Santo interveio e com toda a legitimidade pois aquela descrição que aqui fez podia tê-la feito eu e eu vou dizer porque a fez ele e não eu. Grande ideólogo deste projeto e coordenador efetivo do mesmo, embora não

remunerado, prova de que é uma pessoa disponível para trabalhar em prol do município sem interesse, não faria sentido, estar eu aqui a tirar-lhe propriedade e legitimidade para o fazer. Eu percebo que isto possa incomodar mas de facto foi ele que esteve na génese de todo este processo e como eu digo começamos a falar sobre estes assuntos de interesse para o nosso território, eramos ainda jovens. Entendo que o Sr. Deputado tem toda a legitimidade para falar sobre este assunto e gostava que vocês reconhecessem isto, da minha parte como estar a alhear-me das minhas responsabilidades. Além do mais esta é a minha maneira de ser e gosto de dar a oportunidade de intervir e exporem, explanarem e esclarecerem toda e qualquer questão, e esta é também uma forma de trabalhar em democracia e em sinergia e com os esforços de todos conseguimos grandes ideias. -----

Quanto à figura do empréstimo, este é de facto uma contratação de um empréstimo e é assim que ele deve ser entendido e sua aprovação será feita com essa nomenclatura “contratação de empréstimo”. A sua finalidade estava elencada no documento inicial e o mesmo não foi solicitado na Comissão Permanente porque se tivesse sido ele teria sido facultado.” -----

**O Presidente da Assembleia Municipal**, para que este assunto possa ficar devidamente clarificado, concedeu novamente a palavra ao **Deputado Municipal Carlos Manuel Rodrigues Carneiro** que disse: “Esses documentos não foram disponibilizados à Comissão Permanente nem foi dada a indicação que eles existissem, e, estão aqui as pessoas que fazem parte desta Comissão que poderão, se o entenderem, que o venham desmentir se isso foi falado. Por outro lado, entendo, e pode haver aqui alguma coisa que eu possa estar a interpretar mal, ninguém nem nenhum Deputado tem de estar a solicitar seja o que for. Aquilo que é de base para sustentar qualquer decisão que tenhamos de tomar, ela deve ser distribuída atempadamente aos Srs. Deputados, sem precisar de ser solicitada. O que está a acontecer aqui é que há falta de informação e eu nem sequer estou a falar de informação legal e falei em nome da transparência, do bom senso e falei que inclusive no passado a bancada do PS, se bem se recordam a propósito do empréstimo para o Call Center, e foi o atual vice-presidente da Câmara que enquanto Deputado Municipal na altura, fez essa intervenção e um dos argumentos que utilizou, entre outros, para não apoiar e abster-se nessa votação foi precisamente porque dizia lá – um edifício – e não concretizava qual o edifício. Aqui estamos perante uma situação pior onde se fala em investimentos genericamente e não existe a alocação das verbas em investimentos absolutamente nenhuns e, era esse tipo de transparência que eu falei na minha primeira intervenção que achei que os Deputados deviam ter acesso e isso, garanto ao Sr. Presidente da Câmara que não aconteceu em circunstância alguma, nem para a Comissão Permanente, nem até à presente data.” -----

**O Presidente da Câmara Municipal** disse: “Desconhecia o que se passava mas quando estão a trabalhar na Comissão Permanente e este documento é fundamental porque não o exigiram? Estão à espera de chegar à Assembleia para dizer que não vos foi facultado o documento? Acho que não estamos a agir de boa-fé.” -----

Usou novamente da palavra o **Deputado Municipal Carlos Carneiro** para dizer que “A bancada do PSD votará favoravelmente a contratação do empréstimo e não alteraremos o



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

nosso sentido e voto em prol da responsabilidade daquilo que entendemos ser a necessidade do financiamento para a concretização de projetos que inclusive já vinham desenhados do executivo anterior, seria incoerente da nossa parte que agora tomássemos uma posição distinta. Contudo, requeiro que com a maior brevidade possível nos seja facultado o mapa com a elencagem dos projetos que vão ser apoiados com este financiamento.” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por maioria, com 56 votos a favor e 5 abstenções dos membros Luís Manuel de Oliveira Miranda Pereira, Jacinta Lúcia Catarino Lopes, Manuel Alberto Rodrigues, António José da Costa Vila Franca e António dos Santos Pires Afonso, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, deliberou autorizar a contratação de empréstimo a médio/longo prazo, no valor até 774.533,52€, junto do banco BPI, de acordo com as condições referidas na informação e para a finalidade constante no processo. -----

**PONTO 2.4 – EXERCÍCIOS ECONÓMICOS DE 2019, 2020 E 2021 / NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO ARTIGO 77.º, N.º 1 DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO ---**

O Presidente da Assembleia Municipal **colocou à consideração do Plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião treze de junho de dois mil e dezanove, que se transcreve.** -----

**“EXERCÍCIOS ECONÓMICOS DE 2019, 2020 E 2021 / NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DO MUNICÍPIO -----**

Presente a informação n.º 141, datada de 2019.06.14, da Secção de Contratação Pública, que se transcreve. -----

“Plano de Atividades Municipal: não aplicável -----

Plano Plurianual de Investimentos: não aplicável -----

Valor estimado da despesa: -----

- Sem Iva: 36.450,00 €-----

- Taxa do Iva: 23% -----

- Valor final: 44.833,50 € -----

Decorrido o prazo de audiência prévia e não tendo havido reclamações, o Júri reuniu e elaborou o relatório final que se anexa. Assim sendo, propõe-se: -----

1 - A homologação do Relatório Final; -----

2 - Que sejam solicitados, os documentos de habilitação descritos no ponto 7 do convite do procedimento, fixando o prazo de 5 (cinco) dias após a notificação da adjudicação, para sua apresentação; -----

3 – Que seja nomeado o gestor do contrato, conforme prevê o n.º 1 do artigo n.º 290.º-A do CPP; -----

4 – Que seja elaborado o respetivo contrato.” -----

Sobre o assunto, em 2019.06.06, o Diretor do Departamento de Administração Geral deu o seguinte parecer: “Controlo orçamental, sendo que o valor da adjudicação é a repartir pelos três exercícios económicos – 2019, 2020 e 2021.” -----

O Diretor do Departamento de Administração Geral, em 2019.06.07, emitiu, ainda, o seguinte parecer: “O procedimento encontra-se na fase de adjudicação. Todavia, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nomear o auditor externo – artigo 77.º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro na sua redação atual. Em face do exposto, proponho: 1) Que o Sr. Presidente da Câmara homologue o relatório final; 2) Consequentemente que proponha à Câmara Municipal, a contratação de Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda., para auditor externo do Município para os exercícios de 2019, 2020 e 2021.” -----

O Presidente da Câmara Municipal, em 2019.06.07, proferiu o seguinte despacho: “Com base no parecer homologo o relatório final. Proponho que a Câmara Municipal delibere no sentido de propor à Assembleia Municipal que designe Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda., como auditor externo do município para os exercícios de 2019, 2020 e 2021. Com vista a agilizar o procedimento determino, ainda, que se solicitem os documentos de habilitação e nomeio como gestor do contrato Abílio Castanheira Pinto, Chefe da Unidade de Finanças.” -----

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal, por unanimidade dos presentes, deliberou concordar com o proposto, propondo a nomeação de Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda. e, nos termos do artigo 77.º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, submeter a proposta de nomeação a apreciação da Assembleia Municipal.” -----

**Abertas as inscrições, ninguém pretendeu usar da palavra.** -----

**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, por maioria, com 59 votos a favor e 2 abstenções, nos termos do artigo 77.º, n.º 1 da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, deliberou designar a empresa Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda. como auditor externo do Município para os exercícios dos anos de 2019, 2020 e 2021. ----

PONTO 2.5 – CONSTRUÇÃO DO PARQUE URBANO DE MACEDO DE CAVALEIROS /  
RENOVAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA (DUP) / APROVAÇÃO NOS  
TERMOS DO ARTIGO 14.º DO CÓDIGO DAS EXPROPRIAÇÕES -----

**O Presidente da Assembleia Municipal colocou à consideração do plenário a proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião treze de junho de dois mil e dezanove, que se transcreve.** -----

“CONSTRUÇÃO DO PARQUE URBANO DE MACEDO DE CAVALEIROS / RENOVÇÃO DA  
DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA (DUP) -----

Presente a informação do Chefe da Divisão Jurídica e Administrativa, que se transcreve. -----

“No âmbito do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) de Macedo de Cavaleiros, no qual se enquadra a Construção do Parque Urbano da Cidade, por deliberação da Assembleia Municipal de Macedo de Cavaleiros de 07/09/2017 e nos termos do n.º 2 do



*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

art.º 14.º da Lei n.º 168/99, de 18 de setembro (Código das Expropriações), e ao abrigo do disposto nos artigos 1.º e 3.º do mesmo diploma legal, a pedido da Câmara Municipal de Macedo de Cavaleiros, foi declarada a utilidade pública de várias parcelas de terreno, necessárias à concretização do referido projeto. -----

Tal declaração n.º 82/2017 foi publicada no Diário da República, 2.ª série – n.º 205, de 24 de outubro de 2017, (Declaração de Utilidade Pública, DUP). -----

Assim, decorreu um ano e oito meses sobre a DUP, pelo que esta caducou. No entanto, esta pode ser renovada ao abrigo do n.º 5 do artigo 13.º do Código das Expropriações, pelo que, a presente renovação do pedido de declaração de utilidade pública funda-se nos seguintes pressupostos e requisitos conforme dispõe o artigo 10.º do diploma legal citado: -----

a) A execução desta obra é necessária à concretização do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana de Macedo de Cavaleiros; -----

b) A previsão do montante dos encargos a suportar com a referida expropriação é de 1.026.112,00 Euros; -----

c) À dificuldade de negociações com os proprietários, não tendo, ainda, sido possível concretizar a aquisição de todas as parcelas de terreno que a seguir se descrevem: -----

Parcela 2 – Área da parcela de terreno a expropriar: 684,00 m2 (seiscentos e oitenta e quatro metros quadrados), a desanexar de prédio rústico com a área de 2.585,00 m2, sita no Lugar do Lameirão, junto à Rua Almeida Pessanha, freguesia e concelho de Macedo de Cavaleiros, a confrontar de Norte com casa do proprietário, Sul com Beatriz Oliveira Sousa, Nascente com ribeiro e Poente com Albano Augusto Pereira, propriedade de herdeiros de Luís Inácio Fernandes Gonçalves (Maria Isabel Dias Gonçalves, Alzira Luísa Dias, António José Dias, Fernando Alberto Dias, Manuel Cerqueira, Maria Amélia Cerqueira, Maria de Fátima Dias, Maria do Céu Dias, Maria José Cerqueira), desconhecendo-se a existência de outros interessados, como tal definidos no artigo 9.º do Código das Expropriações, descrita na Conservatória do Registo Predial da freguesia de Macedo de Cavaleiros sob o n.º 329, e inscrita na matriz predial rústica sob o n.º 884, da freguesia de Macedo de Cavaleiros. -----

Parcela 3 – Área da parcela de terreno a expropriar: 1.366,00 m2 (mil trezentos e sessenta e seis metros quadrados), a desanexar de prédio rústico com a área de 2.710,00 m2, sita no Lugar de Entre Hortas, junto à Rua Almeida Pessanha, freguesia e concelho de Macedo de Cavaleiros, a confrontar de Norte com casa do proprietário, Sul com Carlos Miranda, Nascente com casa do proprietário e Poente com ribeiro, propriedade de herdeiros de Adalberto Silva Vila Franca (Carolina Alice Bragada, Paula Cristina Bragada Vila Franca e Jorge do Nascimento Gonçalves Saldanha), desconhecendo-se a existência de outros interessados, como tal definidos no artigo 9.º do Código das Expropriações, desconhecendo-se a respetiva inscrição na Conservatória do registo Predial, e inscrita na matriz predial rústica sob o n.º 938, da Freguesia de Macedo de Cavaleiros. -----

Parcela 7 – Área da parcela de terreno a expropriar: 17.770,00 m2 (Dezassete mil, setecentos e setenta metros quadrados), a desanexar dos prédios rústicos com a área de 17.728,00 m2, sito no Lugar de Entre Hortas, freguesia e concelho de Macedo de Cavaleiros, a confrontar de

Norte com Joaquim Manuel Pires, Sul com proprietário, Nascente com hospital e Poente com ribeiro, propriedade de herdeiros de Mário Octávio Barracho (Eunice Maria Silvestre Barracho, Carla Maria Silvestre Barracho, Maria Eunice Silvestre Barracho, Mário Manuel Silvestre Barracho, Rui Carlos Silvestre Barracho e GASPE Combustíveis Lda.), desconhecendo-se a existência de outros interessados, como tal definidos no artigo 9.º do Código das Expropriações, descrita na Conservatória do registo Predial da Freguesia de Macedo de Cavaleiros sob o n.º 3524, e inscrita na matriz predial rústica sob o n.º 937, da Freguesia de Macedo de Cavaleiros, e prédio rústico com a área de 1.428,00 m<sup>2</sup>, sito no Lugar de Entre Hortas, freguesia e concelho de Macedo de Cavaleiros, a confrontar de Norte com rua pública, Sul com Assistência Nacional aos Tuberculosos, Nascente com prédio urbano do proprietário e Poente com proprietário, propriedade de herdeiros de Mário Octávio Barracho (Eunice Maria Silvestre Barracho, Carla Maria Silvestre Barracho, Maria Eunice Silvestre Barracho, Mário Manuel Silvestre Barracho, Rui Carlos Silvestre Barracho e GASPE Combustíveis Lda.), desconhecendo-se a existência de outros interessados, como tal definidos no artigo 9.º do Código das Expropriações, desconhecendo-se a inscrição na Conservatória do Registo Predial, e inscrita na matriz predial rústica sob o n.º 939, da Freguesia de Macedo de Cavaleiros. -----

Parcela 10 – Área da parcela de terreno a expropriar: 3.000,00 m<sup>2</sup> (Três mil metros quadrados), a desanexar de prédio urbano com a área de 9.709,00 m<sup>2</sup>, sito na Rua da Praça, freguesia e concelho de Macedo de Cavaleiros, a confrontar de Norte com Proprietário, Sul com José Benedito Garcia, Nascente com ribeiro e Poente com Alfredo Trajano Cunha, propriedade de herdeiros de Gualter de Jesus Borges (Alzira de Lurdes Sendas, Sandra de Fátima Sendas Borges e Jorge da Cruz Sendas Borges), desconhecendo-se a existência de outros interessados, como tal definidos no artigo 9.º do Código das Expropriações, descrita na Conservatória do registo Predial da Freguesia de Macedo de Cavaleiros sob o n.º 2028, e inscrita na matriz predial urbana sob o n.º 1503, da Freguesia de Macedo de Cavaleiros. -----

Parcela 13 – Área da parcela de terreno a expropriar: 2.065,00 m<sup>2</sup> (dois mil e sessenta e cinco metros quadrados), a desanexar de prédio rústico com a área de 13.768,00 m<sup>2</sup>, sito no Lugar de Lameirão, freguesia e concelho de Macedo de Cavaleiros, a confrontar de norte com Amadeu Américo Magalhães Cardoso, Sul com Joaquim Manuel Pires, Nascente com ribeiro e Poente com Estrada Nacional, propriedade de herdeiros de António Outor Vaz e de Ana Joaquina Gomes Vaz (Maria Luís Pereira Vaz, Luís Miguel Pereira Vaz, Carlos Alberto Vaz e Anisabel Gomes Vaz), desconhecendo-se a existência de outros interessados, como tal definidos no artigo 9.º do Código das Expropriações, descrita na Conservatória do Registo Predial da Freguesia de Macedo de Cavaleiros sob o n.º 2665, e inscrita na matriz predial rústica sob o n.º 893, da Freguesia de Macedo de Cavaleiros. -----

Parcela 14 – Área da parcela de terreno a expropriar: 13.940,00 m<sup>2</sup> (Treze mil novecentos e quarenta metros quadrados), correspondente à área total dos prédios rústicos com a área de 13.940,00 m<sup>2</sup>, sitos no Lugar de Linhares, freguesia e concelho de Macedo de Cavaleiros, prédio rústico a confrontar de Norte com Hospital, Sul com caminho público, Nascente com hospital e Poente com proprietário, propriedade de Raul Eugénio Reis Moreira, Maria Eugénia



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

Reis Valente e Antónia Arminda Reis Mascarenhas, desconhecendo-se a existência de outros interessados, como tal definidos no artigo 9.º do Código das Expropriações, descrita na Conservatória do Registo Predial da Freguesia de Macedo de Cavaleiros sob o n.º 3622, e inscrita na matriz predial rústica sob o n.º 930, da Freguesia de Macedo de Cavaleiros, e prédio rústico a confrontar de norte com proprietário, sul com Fernando Pires e Irmãos, Nascente com prédio urbano do proprietário e poente com ribeiro, propriedade de Raul Eugénio Reis Moreira, Maria Eugénia Reis Valente e Antónia Arminda Reis Mascarenhas, desconhecendo-se a existência de outros interessados, como tal definidos no artigo 9.º do Código das Expropriações, descrita na Conservatória do Registo Predial da Freguesia de Macedo de Cavaleiros sob o n.º 3622, e inscrita na matriz predial rústica sob o n.º 936, da Freguesia de Macedo de Cavaleiros. -----

A expropriação das parcelas de terreno destina-se à construção do Parque Urbano da Cidade de Macedo de Cavaleiros e respetivas infraestruturas viárias de acesso, no âmbito da concretização do Plano de Urbanização de Macedo de Cavaleiros, conforme disposto no artigo 57.º do regulamento do Plano de Urbanização. -----

Pelo que se propõe que seja renovada a declaração de utilidade pública para as parcelas acima identificadas e necessárias à construção do Parque Urbano da Cidade de Macedo de Cavaleiros, no âmbito do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) de Macedo de Cavaleiros. -----

Assim, se superiormente se entender, deve a Câmara Municipal deliberar no sentido de aprovar a renovação da DUP e posteriormente a submeter à aprovação da Assembleia Municipal, para, sobre ela, deliberar nos termos do artigo 14.º do Código das Expropriações." --

**DELIBERAÇÃO:** Porque o pressuposto inicial se mantém, a Câmara Municipal, por unanimidade dos presentes, deliberou, nos termos propostos, renovar a declaração de utilidade pública para as parcelas acima identificadas e necessárias à construção do Parque Urbano da Cidade de Macedo de Cavaleiros, no âmbito do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) de Macedo de Cavaleiros e submeter o assunto à aprovação da Assembleia Municipal nos termos do artigo 14.º do Código das Expropriações." -----

**Abertas as inscrições, usaram da palavra.** -----

**CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD)** – Que disse: “Quero dizer ao Sr. Presidente da Câmara que aqui ninguém está incomodado com aquilo que o Deputado Municipal Acácio Espírito Santo possa dizer, só que aquilo que ele disse for dito no momento certo permite, como por exemplo se for no período de antes da ordem do dia, ou seja na primeira intervenção, permite que se nós assim o entendermos tenhamos a oportunidade de vir falar e inclusive contrapor e dizer alguma coisa relativamente a isso. Acontece que no momento em que isso aconteceu e diga-se que taticamente é interessante fazê-lo desta forma porque a seguir não há um segundo momento de intervenções, o que quer dizer que concordemos nós, ou não, com aquilo que o deputado Acácio tenha dito, já não temos hipótese nenhuma de o dizer, ou então transformamos isto na tal situação absurda, que é um completo

incumprimento do Regimento e, começamos todos a falar do que nos apetece nos pontos seguintes, porque na realidade não temos a oportunidade de o fazer no momento certo. Este é que é o problema Sr. Presidente, pois para mim não está aqui em causa, nem nunca esteve sonegar a oportunidade de alguém falar, todos têm a oportunidade de o fazer mas, no momento certo, e foi disso que eu falei, não esteve aqui em causa o conteúdo da intervenção do Sr. Deputado até porque já é repetida. -----

Relativamente a este ponto da ordem do dia fico com uma dúvida relativamente a esta questão. No caso concreto do Sr. Vice-Presidente da Câmara, e isto tem a ver com uma questão de legalidade, pretendia saber se o mesmo esteve presente nesta reunião de câmara, porque tanto quanto sei esteve presente, e, se esteve lembro que existem casos de impedimento e diz-se na deliberação da Câmara que votou e que o assunto foi aprovado por unanimidade dos presentes e o que acontece é que de acordo com o n.º 4 do artigo 34.º “não podem estar presentes no momento da discussão e votação os membros do Órgão que se considerem ou se encontrem impedidos” e no artigo 69.º diz-nos quais são as causas de impedimento e diz que “no exercício dos poderes públicos não podem intervir em procedimento administrativo, em ato de direito público ou privado da administração pública nos seguintes casos e diz na alínea b) “...quando por si ou como representante de gestor de negócios de outra pessoa, nele tenham interesse o seu conjugue ou pessoa com quem viva em condições análogas às dos conjugues, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral...”. E, se eu bem me recordo e a confirmar-se isto, até porque lembro-me da votação anterior o Sr. Vice-presidente, na altura Deputado Municipal foi uma das pessoas com interesse que não participou na discussão e votação. Também entendemos, se esteve nesta reunião de Câmara, e isto tem a ver com uma questão de legalidade, porque isto pode ser impugnado, pode inclusive ferir de legalidade esta deliberação do executivo porque tanto quanto sabemos esteve presente nesta deliberação. Entendemos portanto que ela está “ferida de legalidade” e como tal votaremos aqui nós uma proposta na Assembleia que está balizada por uma deliberação do executivo ilegal.” -----

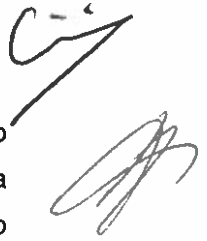
**O Presidente da Assembleia Municipal** disse: “ a BLC3 e o edifício é referido na informação escrita do Presidente da Câmara. Admito até que o Deputado Municipal Acácio Espírito Santo tivesse ultrapassado em alguns pontos aquilo que é referido na informação mas está lá.” -----

**O Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra ao **Presidente da Câmara Municipal** que disse: “ efetivamente a BLC3 é mencionada e faz parte da informação escrita e a intervenção do Sr. Deputado foi necessária para poder aqui esclarecer quais são as mais-valias daquela Associação sem fins lucrativos. Relativamente ao ponto em questão na reunião de câmara foi discutida a legalidade da presença ou não do Vereador Pedro Mascarenhas, não fomos alterar o ponto que estava em discussão e no momento da votação não votou tendo-se ausentado da sala de reuniões.” -----





**CARLOS MANUEL RODRIGUES CARNEIRO (PSD)** – Disse “com o esclarecimento prestado agora pelo Sr. Presidente da Câmara não têm razão para votar contra nem abster-se nesta votação mas isso deve constar na deliberação e ficar explícito que o Vereador Pedro Mascarenhas se ausentou no momento da votação. -----

  
Cels

**DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, por maioria, com 58 votos a favor e 1 abstenção, deliberou aprovar nos termos do artigo 14.º do Código das Expropriações, a renovação da declaração de utilidade pública para as parcelas acima identificadas e necessárias à construção do Parque Urbano da Cidade de Macedo de Cavaleiros, no âmbito do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) de Macedo de Cavaleiros. -----**

Declararam impedimento na discussão e votação deste ponto os Deputados Municipais Luís Manuel Dias Gonçalves e Leonardo do Nascimento Vila Franca, tendo-se ausentado da sala da reunião. -----

**PONTO 2.6 – PROCEDIMENTOS CONCURSAIS CONCLUÍDOS QUE IMPLICAM A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: CONHECIMENTO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL -----**

O Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento ao plenário da informação n.º 142 da Seção de Contratação Pública da Câmara Municipal, que se transcreve. -----

“ Para cumprimento do ponto 3 da proposta subscrita pelo Presidente da Câmara aprovada pela Assembleia Municipal, em sessão de 2018-12-28, leva-se a conhecimento os procedimentos concursais concluídos até à presente data e que implicam a assunção de compromissos plurianuais: - Procedimento n.º 6/2019: Tipo de procedimento: Consulta Prévia; Objeto: Aquisição de serviços para fornecimento e instalação de equipamentos multifuncionais e respetiva assistência técnica e manutenção; Adjudicatário: “I-Colours, Ld.ª”; Data da Adjudicação: 06.03.2019; Valor: 53.424,00€ acrescido de IVA à taxa legal em vigor; Prazo: 36 meses. -----

Procedimento n.º 26/2019: Tipo de procedimento: Concurso Público; Objeto: Fornecimento de combustíveis para máquinas e viaturas da Câmara Municipal; Adjudicatário: “ Alves Bandeira C.ª, Ld.ª”; Data da adjudicação: 27.05-2019; Valor 191.567,90€, a que acresce IVA à taxa legal em vigor; Prazo: 2 anos.” -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----**

**APROVAÇÕES EM MINUTA-----**




Foi deliberado, por unanimidade aprovar em minuta o ponto dois ponto dois, dois ponto três, dois ponto quatro e dois ponto cinco da ordem do dia. -----

**PONTO 3 - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

Conforme estipula o número um do artigo quadragésimo nono do Anexo I à Lei número 75/2013, de doze de setembro, o excelentíssimo **senhor Presidente da Assembleia**, perguntou se havia alguém no público que quisesse neste momento intervir.-----

**Ninguém pretendeu usar da palavra.** -----

Eram vinte e uma horas e trinta minutos e não havendo mais nada a tratar, foi pelo excelentíssimo **senhor Presidente da Assembleia Municipal**, declarada encerrada a reunião, e do que nela se passou, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos excelentíssimos **Presidente, Primeiro e Segundo Secretários.** -----

  
-----  
  
-----  
  
-----